

MULHER: BRASILEIRA E GUERRILHEIRA*

Ruth Ribeiro de Lima**

RESUMO. O objetivo deste texto é dar vez e voz à mulher que, ombro a ombro com o elemento do sexo masculino, protagonizou uma das páginas mais belas e trágicas da história recente deste país: a resistência armada havida nas já distantes décadas de 1960 e 1970. Portanto, número, idade, estado civil, motivação, dedicação à causa revolucionária e os comentários que suscitaram serão, aqui, abordados, tendo por base não só a emoção e a vivência da própria guerrilheira, mas igualmente daqueles que com ela conviveram.

Palavras-chave. luta armada, mulher guerrilheira, mulher e revolução, mulher e política.

Woman: Brazilian and Guerrilla

ABSTRACT. The aim of this text is to give voice to the woman who bide by side with men played an important role in recent tragic Brazilian history: armed resistance in the 1960s and 70s. Therefore, member of women fighters age, marital status, motivation, commitment to revolutionary cause and consequent comments will be see through the emotions and the experience of a guerrilla fighter and her partners.

Keywords. women history, armed resistance, guerrilla fighter, woman and revolution, woman and politics, life history.

* Este artigo foi extraído em grande parte de minha tese de doutorado *Nunca é tarde para saber. Histórias de vida. Histórias da guerrilha*, defendida junto ao Departamento de História, Universidade de São Paulo, em 17 de dezembro de 1998, sob orientação da professora Dra. Esmeralda Blanco B. de Moura. É também uma versão ampliada da comunicação apresentada no XX Simpósio Nacional de História - Fronteiras, da ANPUH, Florianópolis, 1999.

** Professora do Departamento de Economia da Universidade Estadual de Maringá e participante dos fatos aqui narrados, pois ex-militante do PCBR, presa e torturada nos cárceres da ditadura militar brasileira.

Este artigo é dedicado a todas as mulheres de outras nacionalidades, que somaram seus esforços ao das militantes brasileiras, na ousadia de lutar pelo ideal de um Brasil mais justo e igualitário, na figura das guerrilheiras da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), assassinadas, com requintes de crueldade, pela ditadura militar, na data de 8 de janeiro de 1973, em memória de: Pauline Philipe Reichstul, nascida na Tchecoslováquia e Soledad Barret Viedma, de origem paraguaia.¹

Para uma melhor compreensão da trajetória política da mulher guerrilheira e do movimento revolucionário do qual fizeram parte, algumas definições se fazem necessárias.

Definindo

Quando falo em luta armada no Brasil, estou me referindo ao movimento de resistência, levado a cabo pela esquerda brasileira, contra os golpistas civis e militares, que tomaram o poder no 1º de abril de 1964.

O termo “esquerda” designa, aqui, as pessoas ou agrupamentos políticos, defensores de transformações sociais, que tenham por meta favorecer as camadas oprimidas e exploradas da sociedade.

Grosso modo, pode-se dividir a esquerda brasileira, no período em pauta, em esquerda armada e não armada.²

A esquerda armada pode ser definida como as pessoas ou agrupamentos políticos que almejavam a transformação das estruturas sociais por intermédio, prioritariamente, da força das armas. E por esquerda não armada, as pessoas ou agrupamentos que visavam as transformações sociais através da via pacífica.

Ao segundo grupo, ou seja, aos que não optaram pela via das armas, reúnem-se o Partido Comunista Brasileiro (PCB), o Partido Operário Revolucionário - Trotskista (PORT) e o Movimento Estudantil Libertário (MEL). As demais organizações pertencem ao processo de luta armada.

Para facilitar a compreensão, pode-se subdividir as optantes por caminhos não pacíficos, em militaristas e não militaristas. A esquerda armada

¹ A respeito dessas duas militantes, ver Comitê Brasileiro pela Anistia, Seção Rio Grande do Sul, 1984:72-73, Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos, 1996: 201-04 e, ainda, Carvalho, 1998: 413-24.

² A classificação adotada deve muito a Ridenti, 1993:47-58.

militarista abarca dois grupos: os guerrilheiros atuantes prioritariamente nas cidades e os atuantes na área rural. Dentre os primeiros, pode-se enumerar: Ala Vermelha do Partido Comunista do Brasil (ALA), Ação Libertadora Nacional (ALN), Comandos de Libertação Nacional (Colina), Frente de Libertação Nacional (FLN), Frente de Libertação do Nordeste (FLNe), Movimento de Ação Revolucionário (MAR), Movimento Comunista Revolucionário (MCR), Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR), Movimento de Libertação Popular (Molipo), Movimento Revolucionário 26 de Março (MR-26), Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT), Marx, Mao, Marighella, Guevara (M3G), Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), Partido Operário Comunista (POC), Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT), Resistência Armada Nacional (RAN), Resistência Democrática (Rede), Vanguarda Armada Revolucionária - Palmares (VAR-Palmares), Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) e a Corrente Revolucionária de Minas Gerais (Corrente).³ Entre os que desenvolveram ações armadas no campo, destacam-se: Partido Comunista do Brasil (PCdoB), Forças Armadas de Libertação Nacional (Faln) e Partido Comunista Revolucionário (PCR).

De posse dos conceitos que permitem uma visão geral do que se convencionou denominar de esquerda brasileira, já não é sem tempo, contribuir⁴ para levantar o véu que encobre a ousadia, a coragem, a abnegação e a solidariedade, enfim, a existência e a vivência da mulher brasileira enquanto militante da esquerda em armas. Vejamos.

A mulher guerrilheira

A investigação levada a efeito, durante oito anos, por poucos pesquisadores anônimos, sob a direção de Dom Paulo Evaristo Arns e do Reverendo Jaime Wright,⁵ e enfeixada sob o título *Projeto A — Brasil: nunca mais*⁶ veio proporcionar um indicador para se saber, de maneira aproximada,

³ Discordando de Ridenti, 1993:57, a tendência Corrente foi por mim considerada integrante da guerrilha urbana, visto já estar praticando ações armadas quando de sua liquidação pelas forças repressivas.

⁴ A partir do trabalho pioneiro de Costa et al. (1980), outras investigações têm surgido com a preocupação em dar visibilidade à mulher militante da nova esquerda. A saber: Carvalho (1998), Colling (1994,1996), Ferreira (1996), Lima (1998, 1998b), Paiva (1997), Patarra (1992) e Ridenti (1990).

⁵ Irmão do desaparecido político e, à época, dirigente, em nível nacional, da organização Ação Popular Marxista-Leninista (APML), Paulo Stuart Wright.

⁶ A pesquisa *Brasil: nunca mais* (BNM) foi realizada entre agosto de 1979 e março de 1985, com o objetivo de investigar a repressão levada a termo pelo regime militar. Para isso, os dados provieram dos processos políticos que circularam pela Justiça Militar Brasileira, entre abril de

quantos e quem foram os revolucionários brasileiros. Fonte bastante insuspeita, pois a investigação foi realizada a partir dos documentos elaborados pelos próprios protagonistas da repressão exercida pelo regime militar. Para isso, foram microfilmados 707 processos oficiais da Justiça Militar Brasileira e, destes, 695 apresentaram condições de serem trabalhados estatisticamente.

Esses processos contabilizaram um total de 17.420 indivíduos — homens e mulheres — que, de uma forma ou outra, confrontaram-se com o regime militar e acabaram figurando em um (ou mais) desses processos. Destes, e segundo Reis Filho (1989: 161), 42% participam da categoria de denunciados, 37% a de indiciados, 12% e 8% as testemunhas e declarantes, respectivamente.

Do total dos atingidos, pode-se inferir que os incluídos na categoria denunciados, tratam-se daqueles que foram processados por vinculação direta com organizações políticas de esquerda, armadas ou não. Em síntese, seus militantes. Levando em consideração o período compreendido pelo projeto — abril de 1964 a março de 1979 —, estão contempladas todas as organizações de esquerda — em torno de aproximadamente quatro dezenas — existentes no período e que podem ser agrupadas em comunistas, católicas ou nacionalistas.

Trabalhando com esses dados e, após a exclusão dos nomes repetidos em processos de uma mesma organização, Ridenti (1993:204-05) chega a um total de 4.124 militantes pertencentes às organizações da nova esquerda⁷, armada ou não. Quanto aos demais — indiciados, testemunhas e declarantes —, num total de aproximadamente 10 053 pessoas, pode-se deduzir tratar-se de seus simpatizantes e bases de apoio.

Dentre a população atingida pelos tribunais militares, segundo Arquidiocese de São Paulo (1988:10), 88% pertencem ao sexo masculino e 12,0% ao sexo feminino. Ridenti (1993:204-05) encontra um percentual ainda maior, pois, contabiliza 84,00% para os primeiros e 16,00% para as segundas. Levando em conta a militância na esquerda armada, a presença feminina sobe para 18,30%, significando um total de 660 militantes, distribuídas em praticamente quase todas as organizações. Destas, 399 pertenceram à esquerda armada urbana e 52 à esquerda rural sem armas. Quando se enumeram as vítimas de tortura, a participação feminina eleva-se para 20,70%, “indicando — segundo Reis Filho (1989: 167) — um papel crescente das mulheres entre os

1964 e março de 1979. Seus resultados estão contidos no Projeto “A”, num total de 6 981 páginas, reunidas em 6 tomos e 12 volumes. O resumo da pesquisa encontra-se em Arquidiocese De São Paulo, 1985 e 1988.

⁷ Como bem observam Reis Filho, Sá (1985:16): “Nova Esquerda porque diferente. A diferença está no rompimento efetuado com aspectos essenciais da política até então observados pelo PCB”.

militantes mais combativos e/ou mais categorizados". O Quadro 01, no final do texto, aclara o exposto.

Na **Lista Gregori**, onde o governo brasileiro reconhece formalmente a morte de 136 militantes de esquerda e lista mais 14 **desaparecidos**⁸ no período compreendido entre 1964 e 1979, a percentagem de mulheres atinge a cifra de 12,5%. E na de **desaparecidos** em países do Cone Sul (Argentina, Bolívia e Chile), conta-se com 15,4% de presença feminina (Folha de S. Paulo, 1995:13-14) Esses percentuais estão a indicar a qualidade da integração da mulher brasileira na luta armada.

Os dados constantes sobre o envolvimento da mulher na população processada judicialmente, nas décadas de 1960 e 1970, revelam, sem dúvida, uma participação minoritária em relação à do sexo masculino. Ridenti (1993: 198), inclusive, observa que esse percentual “pode parecer pouco, mas nem tanto, se forem levados em conta alguns elementos. Em primeiro lugar, as mulheres ocupavam posições submissas na política e na sociedade brasileira pelo menos até a década de 60. [...] Em segundo lugar, a opção dos grupos guerrilheiros implicava uma luta militar que, pelas suas características, tendia a afastar a integração feminina, pois, historicamente sempre foi mais difícil converter mulheres em soldados”.

Porém, quem era a mulher guerrilheira? Não tenho, no momento, dados sobre a idade das mulheres indiciadas, mas pode-se inferir que, em sua grande maioria, eram muito jovens. Além de jovens, solteiras. A dificuldade de uma mulher com filhos atuar em uma organização de esquerda, militarista ou não, é indescritível. Alguns exemplos dão uma idéia dessa realidade. Marcelo Ridenti (1993), na parte introdutória de seu livro, recorda:

O filme de Margareth Von Trotta, “Os anos de chumbo”, baseado na vida de uma conhecida terrorista de esquerda da Alemanha Ocidental, na década de 70, que apareceu morta numa prisão de alta segurança, quase certo assassinada pela polícia como represália a uma série de atentados. Na fita, essa terrorista tinha um filho pequeno, criado pelo pai devido à vida clandestina da mãe antes de ser presa. O filme tem início quando o pai deixa o garoto com a irmã terrorista por uns dias, com um pretexto qualquer, para não mais voltar: ele comete suicídio. A tia não pode ficar com o sobrinho, que acaba sendo adotado por uma família burguesa que o reprimia e o maltratava. O menino resolve fugir para viver sozinho, escondido no meio de um depósito de lixo, enquanto isso sua mãe, uma desconhecida para ele, continuava sacrificando a vida pessoal em nome de uma causa que supunha justa, sendo perseguida em todos os países, fugindo da polícia e praticando novos atos terroristas

⁸ O termo **desaparecido** é usado “para definir a condição daquelas pessoas que, apesar de terem sido seqüestradas, torturadas e assassinadas pelos órgãos de repressão, as autoridades governamentais jamais assumiram suas prisões e mortes. São até hoje consideradas pessoas foragidas pelos órgãos oficiais”. Cf. Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos, 1996: 28.

— sua irmã, que era de esquerda, mas, politicamente, distanciada dos grupos terroristas, vai adotar o sobrinho, um menino revoltado com a própria história de vida. Na última cena, o garoto pega uma foto da mãe afixada na parede do escritório e a rasga. A tia, entre consternada e indignada, repreende duramente o menino, dizendo-lhe que sua mãe fez o que pôde por ele, deu a vida por uma causa, ou algo assim. Ele não desistia e respondia duramente, dizendo à tia que começasse a contar em detalhes o que sua mãe fizera por ele. No final da história, coloca-se esse questionamento implacável do garoto (Ridenti, 1993:19).

Os depoimentos transcritos, a seguir, complementam o quadro:

Naquela visita (no Presídio Tiradentes), o Paulo — meu filho de sete anos — abraçado a mim, chorava muito. Não conseguia falar e eu, carinhosamente, pedia para ele me contar o que o afligia tanto: ‘Diga para mim’. Depois de muita insistência e muito jeito, abraçando-me fortemente, ele perguntou: — Você vai ficar para sempre na prisão? — e prosseguiu: Sua prisão é perpétua? [...] O que aconteceu nessa visita me deu a dimensão profunda da insegurança do meu filho. Da responsabilidade com tudo o que eu vinha fazendo. Voltei para a cela, caminhando silenciosamente junto com minhas companheiras pelo corredor que chegava à Torre, e nunca as sacolas pesaram tanto. Mas, o meu peso e o das sacolas eram uma coisa só. [...] Com a Camila era diferente. Ela chegava para as visitas com uma carinha triste, mas logo estava conversando com os adultos... [...] Desde a primeira vez que me encontrou presa, ainda no DEOPS, insistia em me levar de volta para casa. Sua tática era a de tentar convencer as autoridades carcerárias [...] de que eu não podia ficar ali naquele lugar, pois precisava tomar conta dela e do irmão. E discursava, discursava. [...] Sem dúvida, aquela situação era consequência da militância que eu assumira. (Rita Sipahi, in: Sipahi, 1997: 186-87)

A visitas da Maria — que vinha de Belo Horizonte — eram esperadas com grande ansiedade. Sua chegada me transformava em um ninho de alegria, com um coração materno do tamanho da saudade que sentia dela, enorme. Quando ela apontava no portão com uma de minhas irmãs, sempre de mãos dadas, era como se estivesse me falando que seu porto seguro estava em Duca, Beth ou minha mãe. Seus olhos grandes e negros sempre me perguntavam alguma coisa, curiosa desde pequena [...] Maria se recusava sempre a ficar comigo na Torre, por mais algumas horas após as visitas. O dia que a carceragem autorizou sua permanência, conseguir que ela aceitasse foi muito doloroso e doído para nós duas. [...] Insegura, ela pedia pela tia Do Carmo. Imediatamente eu a devolvi para minha irmã, e fiquei com minha dor de mãe ao sentir as marcas cravadas em sua tão pequenina vida. (Eleonora Menicucci de Oliveira, in: Oliveira, 1997: 297-98)

... Eu estava grávida. Não significava apenas uma tortura a mim, mas a meu filho. Antes e depois de tê-lo. Quando eu era torturada, o bebê tinha soluço, dentro do útero. Depois que nasceu, ele tinha soluço quando havia barulhos semelhantes ao que ouvira na tortura. Barulhos de metal, de chave. Quando se tortura uma grávida, não se tortura apenas uma pessoa, mas duas. Uma delas sequer tinha consciência do que estava se passando. Isso é uma coisa das mais graves. Depois que meu filho nasceu, ele foi usado como um instrumento para me torturar. (Criméia Alice Schmidt de Almeida. *In*: Lima, 1998: 518).

O poema de Gioconda Belli, nascida em Manágua, capital da Nicarágua, em 1948, e presa durante um ano e seis meses pela ditadura somozista e depois exilada na Costa Rica, sintetiza, a meu ver, o sentimento da mãe-guerrilheira:

*Já fazem meses, filhinha
que não te vejo. Meses em que meu calor
não mima o teu sonho. Meses em que só falamos por telefone
— longa distância, temos que falar depressa —
Como explicar-te, meu amor,
a revolução aos dois anos e meio de idade?
Como dizer-te: as prisões estão cheias de gente,
na montanha a dor arrasa povoados inteiros
e há outras crianças que não escutarão mais
a voz das suas mães?
Como explicar-te que, às vezes, é necessário partir
porque o cerco se fecha
e tens que deixar tua pátria, tua casa, teus filhos
até quem sabe quando
(mas sempre com fé na vitória).
Como explicar-te que estamos fazendo um país
novo?
Como explicar-te esta guerra contra a dor,
a morte, a injustiça? Como explicar-te tantas,
mas, tantas coisas, minha filhinha? (Caruso, 1980:102).*

Além de jovens e solteiras, as militantes brasileiras, quando se leva em conta a ocupação, pertenciam, praticamente em sua maioria, às “camadas médias e altas intelectualizadas”, ou seja, faziam parte do restrito número de “pessoas que presumivelmente têm alto grau de instrução, o que permite supor que elas recebem boa remuneração, exercem um trabalho qualificado e não manual e eventualmente têm uma posição operatoricamente sobreposta à dos demais trabalhadores” (Ridenti, 1989:90). Ainda, segundo o mesmo autor, 75,00% das guerrilheiras pertenciam a esse restrito universo dos trabalhadores intelectuais, enquanto apenas 8,00% declararam ater-se apenas às prendas domésticas.

A dedicação à causa era total, mesmo quando já tinham conhecido os horrores da tortura nos porões da ditadura militar e já se encontravam em liberdade. O depoimento de Tânia Regina Rodrigues, na época, militante da Ação Libertadora Nacional (ALN), e ainda hoje, uma mulher linda e extremamente charmosa, é a conta exata de demonstrar o fato:

Há 26 anos atrás, eu [com 23 anos de idade] extrai todos os dentes da frente para poder voltar ao Brasil, clandestina. Isso ocorreu quando eu estava em Cuba [já banida, porque trocada pelo embaixador alemão]... (Lima, 1998:188).

Que fatores explicam que mulheres com tão pouca idade e pertencentes aos estratos sociais privilegiados tenham, de forma tão abnegada, se lançado na tarefa de, ao preço da própria vida, criar uma sociedade mais justa e igualitária? Como se pergunta Lidia Guerlender, militante da ALN: “De onde vem, então, essa necessidade, essa vontade, que faz com que você queira sempre ser porta-voz dos fofos?” A palavra continua com Guerlender:

A escola [dirigida por freiras espanholas], nessa época, formou um grupo de alunas, dispostas, aos domingos de manhã, a ir dar aula de catecismo na favela do Vergueiro. [...] Esse meu contato, nessa época, com a favela, com a vida na favela, tem tudo a ver com a minha opção política futura. Recordo a frustração que era ensinar catecismo para um bando de crianças que não estava nem um pouco interessada no já que eu estava ensinando. O que elas queriam saber é se eu trouxera pizza. [...] Fui começando a ver que essa coisa de ir à favela, para formar as crianças para a primeira comunhão, estava me deixando muito frustrada, pois, pensava: “Puxa vida! Eu vou lá, falo isso, falo aquilo...” Eles até aprendiam, faziam até um esforço para aprender, mas, na verdade, o que eles queriam saber é se eu tinha levado a pizza, se eu tinha levado a maria-mole... Eu me sentia assim... Tudo o que eu fazia não tinha muito sentido, pois não era o que eles queriam receber e, menos ainda, o que eles precisavam. [...] Torno a repetir, [...] a madre Gilma, diretora da escola, contribuiu muito para que eu adquirisse uma consciência social. Apesar de que é muito difícil a gente poder saber até que ponto, e em que nível, um determinado fato exerceu influência. Essa atividade se realizava sob a orientação das freiras e acompanhamento dos alunos de um Seminário, pois as freiras não iam às favelas. Esse meu contato, nessa época, com a favela, com a vida na favela, tem tudo a ver com a minha opção política futura. Minha mãe fazia pizza em casa, sábado à noite. Então, domingo de manhã, tudo o que havia sobrado, eu metia num saco de plástico e levava para repartir para os meninos e meninas, na hora do intervalo da aula. Levava também maria-mole — dessas que vêm com duas bolachas — um doce que se comprava muito lá em casa. Roupa que não servia mais, levava para distribuir. Fui começando a ver, que essa coisa de ir à favela para formar as crianças para a primeira comunhão — o objetivo do catecismo era esse — estava me deixando muito frustrada, pois, pensava: “Puxa vida! Eu vou lá, falo isso, falo aquilo...” Eles até aprendiam, faziam até um esforço para aprender, mas, na verdade... [...] Eu me sentia assim... Tudo o que eu fazia não tinha muito sentido, pois não era o que eles queriam receber e, menos ainda, o que eles precisavam. Contudo, foi uma experiência interessante, pois me permitiu conhecer um mundo do qual eu não tinha a mínima idéia da existência. Favelado, para mim, era tão somente aquela pessoa que batia na porta de casa, pedindo comida ou dinheiro, que a gente dava, ou não dava, e que ia embora. Favela do Vergueiro, uma favela muito grande que existia, nessa época, no alto do Ipiranga, razoavelmente perto da minha casa. [...] Então, essa atividade que eu fazia muito a contragosto da minha mãe e do meu pai, principalmente da minha mãe, serviu muito para eu ver de perto como essas pessoas viviam. [...] Torno a repetir, [...] a madre Gilma, diretora da escola, contribuiu muito para que eu adquirisse uma consciência social. Apesar de que é muito difícil a gente poder saber até que ponto e em que nível um determinado fato exerceu influência. Lembro que, no curso primário, na minha escola havia somente duas alunas negras e pouquíssimas japonesas e que eu fazia questão de ser amiga dessas meninas. Talvez essa consciência social tenha surgido anterior à vivência na

favela. Da onde vem, então, essa necessidade, essa vontade, que faz com que você queira sempre ser porta-voz dos fodidos? Ser porta voz de fodido, você nunca sabe de onde é que você tirou essa idéia, essa vocação! Lá, no curso primário, eram duas meninas negras, que a escola inteira discriminava. Para piorar as coisas, a mãe insistia em passar uma gordura no cabelo delas, para fazer aqueles cachinhos. Eram muito bonitos aqueles cabelos cacheados, mas exalavam um intenso e horrível cheiro! Aquele cheiro de gordura espantava todo mundo, ao redor. Não era nem pela cor, mas pelo cheiro forte da meleca que usavam no cabelo, para fazer cachinhos e parecer cabelo de branco. Lembro, como se fosse hoje, que eu respirava fundo, fazia um esforço danado, para não me sentir mal com aquele cheiro, mas sempre conversava com elas na hora do recreio, porque eu ficava com dó das duas ficarem sozinhas num canto. Com as japonesas, a mesma coisa. Eu também era muito amiga das menininhas japonesas, porque achava: “Coitadas, ninguém liga para elas!” Na verdade, a gente nunca sabe de onde é que vem essa vocação... Essa vocação visceral de querer virar porta voz de fodido. Mas eu sei que tento ser porta voz de fodido há muito tempo, muito tempo mesmo! (In: Lima, 1998: 321-24).

Tânia Regina Rodrigues informa:

E veio o golpe. Veio o golpe e eu [com 13 anos de idade] passei dez dias sem tomar banho, rechaçando aquilo tudo. Tudo o que era a favor da gente, passou a ser contra e eu não entendia muito bem porque é que estava acontecendo aquilo tudo, não. Eu só sabia que aquilo que eu gostava tinha sido desmoronado. Foi isso que me motivou depois a continuar. Com certeza! [...] Depois disso, trilhei a luta armada. (Lima, 1998: 146-47)

Damaris⁹ conta:

Eu já nasci na luta, do lado humilde. A pobreza, que às vezes me obrigou a catar comida no lixo, foi me deixando revoltada desde criança. Não entrei na luta porque achei o fulano bonito ou uma greve bonita. Entrei com consciência de classe, aquela que a gente vai criando quando quer estudar e não pode, quando quer comer um doce e não tem. A miséria foi sempre presente na minha vida (In: Carvalho, 1998: 46).

Porém, para alcançarem o *status* de guerrilheiras, tiveram que lutar contra o machismo do militante brasileiro. Os depoimentos de Hermes, dirigente da VPR, e, em seguida, o de Criméia Alice, guerrilheira no Araguaia, ilustram bem o fato.

Luiz explicou que o comando tinha determinado assim. (Ou seja,) [...] “Judith dirigiria o carro principal do transbordo pós fuga — o que levaria o dinheiro, as armas e o comandante da ação [...]. Cecília e Fava, seu namorado, ficariam na rua

⁹ Damáris Lucena, mãe de quatro filhos, operária e militante da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), juntamente com o marido e o filho mais velho, um garoto que contava com apenas 16 anos quando foi preso no Vale do Ribeira, local de treinamento da Organização, foi uma dos cinco presos políticos trocados pelo cônsul japonês. A seu respeito, ler Carvalho, 1997:42-43, 80-84.

observando tudo. Se houvesse algum problema ela deixaria a bolsa cair no chão e se abaixaria para pegá-la”. Cecília não gostou da missão. “Só isso, Luiz? Por que dois para fazer tão pouco? [...] Está na hora de colocar uma mulher numa ação qualquer. Direto nela, armada e tudo. Por que só os homens? Isso é machismo puro!” A diátribe dela exigia uma definição imediata: vai com mulher ou sem, mas isso tinha que ser decidido já naquela hora. Cecília não aceitaria uma protelação e dispararia a vomitar conceitos feministas, nos lembrando, com apoio integral de Judith, é claro, alguns escritos de Lênin, Fidel, Che, Rosa Luxemburgo, etc., etc. sobre o destacado papel das mulheres na revolução. Diógenes, o comandante da ação, capitulou: “Tá bem, Cecília. Você entra no banco comigo. Vou te dar um 38 e vais me ajudar a prender o gerente. Depois tome conta de recolher o dinheiro dos caixas, só as notas grandes” (In: Carvalho, 1998: 38-39).

... Quando veio a AI-5, a minha vida legal tornou-se impraticável e eu totalmente disponível para a luta. Falei para o Partido: “Olha! Este tempo todo eu estou esperando para ir para o campo. [...] Não dá para esperar mais. Após esse ultimato, me liberaram para o campo. Aí, eu descubro o seguinte: a protelação encontrava respaldo no fato de eu ser mulher. Como mandar mulher para o campo? Como os companheiros iriam reagir? Aceitariam? Havia muitos militantes que eram contra. Na realidade, havia os abertamente contra e os omissos, porque a favor não havia ninguém. [...] Quem me levou foi o João Amazonas. No caminho, ele me disse — e eu fique puta da vida — que ia depender do meu desempenho a ida ou não de mulheres para o campo. Porque eu estava sendo a primeira e se não desse certo ... Respondi-lhe no ato: “Você também disse isso para os militantes do sexo masculino, que já estão lá? Porque dar ou não certo, depende, única e exclusivamente, de cada indivíduo, independente de seu sexo. Agora, é necessário fazer a revolução, é necessário ir para o campo, está certo? A guerra é popular, todo mundo vai participar desta guerra ou só os homens? Por que você está colocando isso para mim? Não dá. É querer muito de mim!” Mas, no fundo, era essa a responsabilidade. Se você não desse certo, então, mulher não servia para essa atividade! (In: Lima, 1998:518).

Que tipo de comentário suscitou essa participação? Pouco se falou sobre elas. E só se falou quando a tragédia não pode mais ser ocultada. Porém todos, unanimemente, referiram-se a elas de forma elogiosa e admirativa. Não só os companheiros e a gente do povo. Igualmente o inimigo.

... Esse seu Paulo e os amigos e amigas dele, tudo moça bonita, gente com cara de família boa, a gente via que era de fora. [...] Porque aquele pessoal do mato, os ‘paulistas’, não eram de brincadeira não, eles treinavam muito tiro, caçavam melhor do que eu, essa Dina aí, era a que atirava melhor de todos eles, bonitona, e foi ela mesmo que quase matou nós todos. (Entrevista concedida pelo jagunço José Bezerra, o China.¹⁰ In: Portela, 1980: 26)

E, no caso do Araguaia, Osvaldão não era o único a distribuir heroísmo: Dina Monteiro, a Dina Baiana, a dona Dina, geóloga, uns 30 anos, professora primária numa escola que ela mesma construiu; parteira que salvou muitas vidas, num lugar onde o índice de mortalidade infantil ainda hoje é assustador (40%, aproximadamente segundo dados de religiosos locais) e uma lavradora exemplar, obviamente. Difícil é

¹⁰ Natural do Maranhão e, na época do conflito, foi “recrutado” pelo Exército para executar serviço de guia.

saber se Dina marcou mais como assistente social ou como guerrilheira.[sic] Sua personalidade era tão forte que, num lugar onde o patriarcado é lei máxima, o seu marido, também guerrilheiro, ganhou o apelido de Antonio da Dina. [...] A Tuca, enfermeira, sempre ajudando todo mundo; [...] O casal Idalício e Walquíria, mineiros, ela tocando violão em todas as festas, alegrando o povo... (Cf. Portela, 1980:38-39).

... e tinha também Cristina, uma muié muito forte e muito delicada... [...] Dina Monteiro, a mais famosa guerrilheira, ainda estava viva no segundo semestre de 1974. Foi chamada a um casebre de pessoas amigas, abriu a porta e recebeu chumbo grosso no corpo todo. Na região, Dina virou lenda: — Era a mais bonita das mulheres e a que atirava melhor, dizem por lá. Jogava tampinha de coca-cola para cima e acertava uma por uma. (Depoimento de JMS, roceiro. *In*: Portela, 1986:87).

A Elenira Rezende Nazaré, daqui de São Paulo, [eu a] conhecia desde 68, participamos juntos do Congresso de Ibiúna, fomos da diretoria da UNE, juntos, e ela era uma pessoa muito amiga, muito alegre, torcedora fanática do Corinthians, sonhando sempre com o título de campeão... Por sinal, quando o Corinthians ganhou o campeonato eu estava no estádio e me lembre muito dela, com aquela alegria enorme... Ela morreu em combate e o comentário lá entre os soldados que davam plantão no PIC (Pelotão de Investigações Criminais) de Brasília é que ela foi morta depois de ferida, foi pega viva e depois morta a baionetas. (Depoimento do ex-guerrilheiro José Genoíno Neto.¹¹ *In*: Portela, 1986: 158).

Dina. É, essa deu muito trabalho. Tinha uma japonesa também que era bastante audaciosa. Teve uma morte muito violenta, ela recebeu mais de 100 tiros. Houve um encontro com o pessoal do Exército, houve muita troca de tiro e ela... Eu vi quando o corpo dela chegou... estava uma peneira, mas era uma peneira mesmo, coitada! [...] Ela (Dina) seria, talvez, o Osvaldão de saias. Era bastante audaz, uma líder nata e tinha boas noções de estratégia, de tática. Ela fustigava bastante o pessoal. O cálculo era de que havia umas 15 mulheres dentro do grupo guerrilheiro, e elas estavam numa situação exatamente igual à dos homens. Era como no tempo do cangaço, do Lampião. As mulheres, Dina e Maria Bonita, eram a mesma coisa, na guerra faziam tudo o que o homem fazia. (Entrevista concedida por um oficial do Exército que participou na guerra de guerrilhas do Araguaia e que pediu sigilo sobre sua identidade. *In*: Portela, 1986:126).

... O que eu soube é que esse capitão ou tenente teria procurado socorrer [sic] a moça ferida. A partir daquele momento ele ainda estava imbuído desses princípios. [sic] E quando ele se aproximou dela com a arma baixa — ela estava muito ferida — ela meteu a mão no cano da bota, e ele não tinha visto que ali tinha um revólver, e ela que estava muito ferida ainda acertou um tiro: foi esse que pegou o maxilar e saiu pelo outro lado do rosto. Então as pessoas que o acompanhavam metralharam a moça que já estava muito ferida. (Cf. entrevista do Coronel Jarbas Passarinho ao jornal Movimento, n. 159, p. 7. *In*: Dória, 1978: 23).

Foi também nesse ano [1971] que chegaram as primeiras mulheres. A Sueli, nissei, filha única, professora, deixou tudo. Nunca tinha saído de casa, sem experiência no campo, 22 anos, estudante de Letras. Ao chegar lá, ficamos preocupados com a sua fase de adaptação, mas foi uma surpresa para todo mundo: ela se integrou com as mulheres da região e facilitou em muito o nosso trabalho. Com elas chegaram outras companheiras: a Tuca, de São Paulo, enfermeira profissional, e do Rio veio a Lia.

¹¹ Sobrevivente da guerrilha, em função de ter sido preso logo no início dos combates.

Chegou a Mariadina e a Valquíria. Mariadina era estudante de geografia na Bahia. (Segundo o ex-guerrilheiro José Genoíno Neto. *In: Dória, 1978: 34*).

... Até o dia de Natal de 1973, quase dois anos após o início do ataque das Forças Armadas, haviam sido mortos vinte guerrilheiros. Sei apenas os nomes de Elenira Resende de Souza Nazaré, ex-dirigente da UNE, que, ao ser atacada por dois soldados, matou um deles e feriu o outro. Metralharam-na nas pernas e a torturaram barbaramente até a morte. [...] Maria [Lúcia] Petit da Silva, abatida ao se aproximar da casa de camponeses. [...] Sonia, estudante de Medicina, queridíssima pela massa, que, ao ser presa e ao lhe perguntarem o nome, respondeu: “Sou uma guerrilheira na luta pela liberdade”.¹ (Cf. Elza de Lima Monnerat,¹² também guerrilheira no Araguaia, *In: Dória, 1978: 74*).

Eu conheço vários casos desses, geralmente de mulheres. Porque as mulheres são muito mais ferozes do que os homens. É a minha experiência. São muito mais cruéis e muito mais ferozes que os homens. Muitas delas, enquanto estavam no terrorismo, enquanto estavam agindo, tinham que ser postas de castigo pela própria chefia [sic] — pode perguntar a eles —, porque se excediam. (Entrevista concedida pelo General Adyr Fiúza Castro. *In: D’Araújo & Castro, 1994:77*).

À guisa de conclusão

Algumas perguntas são inevitáveis: qual o saldo da extrema abnegação? Que preço se pagou pela ousadia de sonhar com uma sociedade mais justa e igualitária para todos os brasileiros?

Segundo os dados disponíveis até o momento, 43 mulheres deram a vida por acreditar nessa quimera. Quase todas foram dizimadas pela covardia da tortura institucionalizada. 16 delas ainda se encontram sob a rubrica **desaparecida**. 18 foram **banidas** do território nacional, quando trocadas por diplomatas. Centenas tiveram que viver a solidão do exílio — externo e interno. Quase todas têm cravado na carne o desespero da dor da perda de entes queridos: maridos, filhos, irmãos e companheiros. Porém, as que escaparam com vida, que sentimento traduzem do tempo da guerra?

Lúcia Maria Murat, militante da Dissidência da Guanabara/Movimento Revolucionário 8 de Outubro (DI-GB/MR-8), presa no início do ano de 1971, em depoimento a Carvalho (1998:193-96), assim se pronuncia: “(...) Tenho orgulho do compromisso que assumimos com a revolução. A sensação de poder criar um mundo novo era muito forte. A gente tentou viver uma vida de liberdade. Eu nunca me senti tão livre na minha vida quanto em alguns momentos de clandestinidade”.

Maria do Amparo, que viveu os estertores da guerrilha urbana como militante da Ação Libertadora Nacional (ALN), assim se expressou em entrevista concedida também a Carvalho (1998: 425-38): “Aquela fase deixou

¹² Cf. carta manuscrita datada de 19 de abril de 1977 e endereçada ao Sr. Juiz da 1ª Auditoria Militar de São Paulo e anexada ao processo da depoente. *In: Dória, 1978:74*.

marcas profundas. Durante muito tempo até a roupa machucava quando tocava meu peito. Muitas vezes eu ficava encurvada para proteger. Era uma dor muito funda, pesada e quase que sangrava com muita facilidade, assim, desde dentro do coração e ia se irradiando da boca do estômago até a garganta, queimava, ardia muito mesmo. Eu não consegui chorar por muitos anos”.

Para encerrar, cedo espaço para Maria Aparecida Costa, também militante da ALN, cuja fala — em entrevista registrada igualmente por Carvalho (1998: 215-24) — sintetiza, a meu ver,¹³ a maneira de sentir de expressiva maioria das protagonistas dos episódios aqui enfocados.

Um balanço? Foi uma geração generosa. Havia um comprometimento de cada um, quase total, fundo, com essa luta, esse combate, essa procura, essa tentativa de mudança. Com todos os nossos erros e acertos, eu acho que o saldo é extremamente positivo — no sentido de termos sido capazes de ver algo como uma solução e ter trilhado esse caminho. Muitos já tinham família e foram capazes de se desprender. Não é só uma característica da nossa geração. Todo militante de qualquer país, de qualquer tempo, que se engaja por inteiro em qualquer tipo de luta voltada para o povo tem isso. Tem que ser generoso. Se não for, ele não vai [participar]. Éramos generosos.

Um grande erro? Não se ter conseguido uma ligação realmente maior com o povo, uma organização de massa mesmo. De uma certa forma se constituiu uma vanguarda, que não conseguiu estabelecer esse laço sólido com o povo. Que era fundamental. Porque você não pode estar isolado. Não tem sentido. Senão você vira uma vanguarda isolada — e não era isso que se queria. Não se pretendia isso. Mas não soubemos organizar isso. Tínhamos muita pressa — e não houve condições. A par disso, nas mesmas circunstâncias, eu faria tudo de novo.

Referências bibliográficas

- ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil: nunca mais*. 4 ed. Petrópolis: Vozes, 1985.
- _____. *O perfil dos atingidos*. Petrópolis: Vozes, 1988.
- CARUSO, Raimundo C. *Libre. Nicarágua livre: entrevistas, reportagens*. Florianópolis, 1980.
- CARVALHO, Luiz Maklouf. *Mulheres que foram à luta armada*. São Paulo: Globo, 1998.
- COLLING, Ana Maria. A construção do sujeito político mulher “subversiva”. *Contexto e Educação*, Ijuí, v. 9, n. 35:16-23, jul/set. 1994.
- _____. *A resistência da mulher à ditadura militar*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1996.
- COMISSÃO DE FAMILIARES DE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS. *Dossiê dos mortos e desaparecidos políticos a partir de 1964*. São Paulo: Imesp, 1996.
- COMITÊ BRASILEIRO PELA ANISTIA SECCÃO DO RIO GRANDE DO SUL. *Dossiê dos mortos e desaparecidos*. Porto Alegre: Assembléia Legislativa, 1984.
- COSTA, Albertina de Oliveira et al. (coord.). *Memórias das mulheres do exílio*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980. 439p

¹³ Essa convicção é resultado do somatório de três fatores: dos depoimentos que acolhi, da leitura de inúmeras entrevistas e da minha própria experiência. Em suma, é resultado do que ouvi, li e vivi.

- D'ARAUJO, Maria Celina, SOARES, Gláucio Ary Dillon, CASTRO, Celso (orgs). *Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- DÓRIA, Palmério et al. *A guerrilha do Araguaia*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1978.
- FERREIRA, Elizabeth Fernandes Xavier. *Mulheres, militância e memória* — histórias de vida. Histórias de sobrevivência. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996. 216p.
- OLIVEIRA, Eleonora Menicucci de. Reconstruindo práticas de liberdade. In: FREIRE, Alípio; ALMADA, Izaías; PONCE, J. A. de Granville (org.). *Tiradentes, um presídio da ditadura: memórias de presos políticos*. São Paulo: Scipione, 1997.
- PAIVA, Maurício. *Companheira Carmela*. Rio de Janeiro: Mauad, 1997.
- PATARRA, Judith Lieblich. *Iara: reportagem biográfica*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.
- PORTELA, Fernando. *Guerra de guerrilhas no Brasil*. 8 ed. São Paulo: Brasil Debates, 1980.
- LIMA, Ruth Ribeiro de. *Nunca é tarde para saber*. Histórias de vida. Histórias da guerrilha. São Paulo, 1998. (tese de doutorado/USP)
- _____. A participação da mulher na esquerda armada brasileira. In: COGGIOLA, Osvaldo (org.). *História e revolução*. São Paulo: Xamã, 1998b.
- REIS FILHO, Daniel Aarão. *A revolução faltou ao encontro*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira: raízes sociais das esquerdas armadas, 1964-1974*. São Paulo, 1989. (tese de doutorado/USP)
- _____. As mulheres na política brasileira: os anos de chumbo. *Tempo Social*, São Paulo, v. 2, n. 2:113-28, 1990.
- _____. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993.
- SIPAHI, Rita. Em nome da rosa. In: FREIRE, Alípio; ALMADA, Izaías; PONCE, J. A. de Granville (orgs). *Tiradentes, um presídio da ditadura: memórias de presos políticos*. São Paulo: Scipione, 1997.

ANEXO - QUADRO 01

Organizações de esquerda no Brasil, conforme o sexo dos processados judicialmente, anos 60 e 70.

		Feminino	Masculino	Total
*	ALA	20 (16,0%)	105 (84,0%)	125 (100%)
*	ALN	76 (15,4%)	416 (84,6%)	492 (100%)
	AP	127 (27,0%)	343 (73,0%)	470 (100%)
*	COLINA	8 (14,8%)	46 (85,2%)	54 (100%)
*	CORRENTE	12 (16,2%)	62 (83,8%)	74 (100%)
	DI-DF	1 (2,9%)	33 (97,1%)	34 (100%)
	DVP	10 (25,0%)	30 (75,0%)	40 (100%)
**	FALN	4 (8,2%)	45 (91,8%)	49 (100%)
*	FLNe	0 (0,0%)	10 (100,0%)	10 (100%)
	G. De 11	0 (0,0%)	95 (100,0%)	95 (100%)
*	MAR	1 (4,8%)	20 (95,2%)	21 (100%)
	MEL	2 (12,5%)	14 (87,5%)	16 (100%)
*	MNR	0 (0,0%)	18 (100,0%)	18 (100%)
*	MOLIPO	4 (40,0%)	6 (60,0%)	10 (100%)
	MR-21	0 (0,0%)	22 (100,0%)	22 (100%)
*	MR-26	0 (0,0%)	15 (100,0%)	15 (100,0%)
*	MR-8	30 (18,9%)	129 (81,1%)	159 (100,0%)
**	MRM	1 (14,3%)	6 (85,7%)	7 (100%)
	PCdo B	47 (18,1%)	212 (81,9%)	259 (100%)
	PCB	32 (4,7%)	655 (95,3%)	687 (100%)
*	PCBR	41 (18,9%)	176 (81,1%)	217 (100%)
**	PCR	1 (3,0%)	32 (97,0%)	33 (100%)
*	POC	41 (29,9%)	96 (70,1%)	137 (100%)
	POLOP	15 (17,6%)	70 (82,4%)	85 (100%)
	PORT	21 (14,9%)	120 (85,1%)	141 (100%)
*	PRT	8 (26,7%)	22 (73,3%)	30 (100%)
*	RAN	13 (34,2%)	25 (65,8%)	38 (100%)
*	REDE	4 (17,4%)	19 (82,6%)	23 (100%)
*	VAR	47 (17,4%)	223 (82,6%)	270 (100%)
*	VPR	35 (24,1%)	110 (75,9%)	145 (100%)
*	V. Grupos	59 (17,0%)	289 (83,0%)	348 (100%)
*	Total da esquerda armada urbana	399 (18,3%)	1.787 (81,8%)	2.186
**	Total da esquerda armada rural	52 (15,2%)	289 (84,7%)	341
	Total com sexo conhecido	660 (16,0%)	3464 (84,0%)	4124 (100%)

Fonte: Dados provenientes de Ridenti, 1993. In: Lima, 1998b: 162.